

AMILCAR ARAUJO PEREIRA

(ORG.)

*Narrativas de (re)existência*

Antirracismo, história e educação

EDITORA  
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

---

N167 Narrativas de re(existência): antirracismo, história e educação / organização: Amilcar Araujo Pereira. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

1. Narrativas. 2. Antirracismo – Brasil. 3. História – Estudo e ensino.  
4. Historiografia – Brasil. I. Pereira, Amilcar Araujo.

CDD – 410  
– 305.800981  
– 370.7  
– 907.20981

ISBN 978-65-86253-89-4

---

Copyright © Amilcar Araujo Pereira  
Copyright © 2021 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas  
neste livro são de responsabilidade do autor e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

# INTEGRACIONISMO E GESTÃO INSTITUCIONAL DO ANTICIGANISMO NA EUROPA: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS À CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO ROM<sup>1</sup>

Silvia Maeso

Cayetano Fernández

## INTRODUÇÃO: A GESTÃO INSTITUCIONAL DO ANTICIGANISMO E A PRODUÇÃO DA EUROPEIDADE

O anticiganismo é um modo de dominação racial estrutural que institucionaliza uma relação de poder específica entre o povo Rom<sup>2</sup> e a população branca – que condiciona a relação com outras populações racializadas pela branquitude, assim como a luta pela liberação coletiva dos Rom. O anticiganismo tem criado mecanismos de usurpação política, e discursos que a legitimam, nos níveis social, econômico e cultural.

<sup>1</sup> Este trabalho resulta do projeto de investigação Politics – “A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas”. Esse projeto recebe financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, Horizonte 2020 (acordo de subvenção n. ERC-2016-COG-725402).

<sup>2</sup> Adotamos neste texto a denominação de povo Rom (o *Romano Them*) que inclui povos com histórias de opressão e resistência similares, ainda que com trajetórias de organização coletiva e culturas específicas, como os povos Sinti, Kale, Roma, Manush, Kalderash, e Lovara, segundo a sua autoidentificação em língua Romanó; porém, nos contextos espanhol e português, utiliza-se oficialmente pelo Estado, assim como no cotidiano das relações sociais, a categoria *gitano/cigano*, que historicamente tem estado associada à política de criminalização e desumanização do povo Rom. Utilizamos essas categorias quando nos referimos à documentação oficial ou a discursos públicos nesses contextos. Cf. Garcés, 2016b; Garcés; Jiménez & Motos, 2015.

Neste trabalho, identificamos e analisamos alguns desses mecanismos, particularmente nos Estados português e espanhol, e sua relação com organismos e entidades transnacionais como a União Europeia (UE), o Banco Mundial, as Nações Unidas e a Open Society Foundations.

A *(re)existência* dos povos racializados/desumanizados pela branquitude, como os Roma, não é uma metáfora. A vida Rom numa Europa anticigana é uma contínua prática de sobrevivência, seja na socialização nos bairros-guetos, na luta pelo reconhecimento de uma história coletiva negada e usurpada, seja na ousadia perante a violência do mundo institucionalizado *gadje*<sup>3</sup>/*branco*. A *(re)existência* Rom é a antítese da integração dos Roma nos Estados-Nação europeus, ou melhor, na *europiedade*.<sup>4</sup> Assim, argumentamos que o reconhecimento dos Rom como a “minoría” mais discriminada no contexto europeu<sup>5</sup> e o estabelecimento da *integração* como o problema e a solução são faces de um mesmo processo de gestão institucionalizada do anticiganismo, que se efetiva por meio de conglomerados e redes de ONGs, instituições do Estado, universidades, associações e organismos transnacionais. O integracionismo, como gestão e ideologia, ao qual o Estado associa conceitos como interculturalidade e diversidade, é a gestão do anticiganismo, uma vez que está centrado nos interesses da branquitude. As

<sup>3</sup> Palavra romani para fazer referência à população não romani, no contexto deste texto designa a população branca.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de europeidade e não europeidade, cf. Hesse, 2007.

<sup>5</sup> Segundo os resultados de um questionário realizado em 2014 pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) em 11 Estados-membros incluindo Portugal e Espanha, 90% da população Rom respondente vivia em famílias com ingressos que estavam abaixo da linha da pobreza nacional, e um terço estava em situação de desemprego. Entre 38% e 40% dos respondentes na Espanha, na Romênia e em Portugal declararam que tinham experienciado discriminação no acesso ao emprego (FRA, 2016, pp. 11-13). Os dados de um outro questionário realizado, em 2016, entre os Estados-membros da UE revelaram que “apesar de vários anos de esforços pela inclusão, um terço dos respondentes Roma tinha experienciado alguma forma de assédio – seja na forma de comentários ofensivos ou ameaçadores, ameaças de violência, gestos ofensivos ou inapropriados, ou via *e-mails* ofensivos ou ameaçadores, mensagens de texto ou comentários ofensivos sobre eles publicados *on-line*” (FRA, 2018, p. 10).

políticas e os discursos sobre a “integração dos Roma” são fruto de experiências, recursos e conhecimentos forjados historicamente na relação política de constituição mútua da branquitude/europeidade e do Estado moderno.

Neste trabalho examinamos esse contexto, elencando os mecanismos que têm favorecido a gestão do anticiganismo como uma política pan-europeia de integração, principalmente desde a segunda metade dos anos 1990. Na primeira seção, apresentamos uma breve genealogia histórica que nos permite identificar aspectos centrais da relação atual entre Estado, organismos internacionais, ONGs e associativismo romani, na gestão e na implementação de políticas públicas. Na segunda seção, ilustramos mais detalhadamente esse processo nos contextos espanhol e português, assinalando a perpetuação de uma agenda política branca pelo Estado, focada na “inclusão social” da população Rom – *objeto* contínuo de diagnósticos, políticas, iniciativas, estudos, programas. Na terceira seção, analisamos exemplos de iniciativas pan-europeias que mostram como a ideologia do integracionismo constitui um eterno ciclo de projetos e iniciativas políticas que acabam por reproduzir sempre as mesmas soluções. Finalizamos com considerações sobre a armadilha política que o integracionismo representa na atualidade, isto é, questionamos as possibilidades de construir uma relação política com o Estado baseada na explicitação de uma relação de opressão – o anticiganismo – na demanda e na luta por direitos coletivos e pela autodeterminação do povo Rom.

#### UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA À (DES)POLITIZAÇÃO DO ANTICIGANISMO DESDE OS ANOS 1960

O dia 8 de abril de 1971 pode ser considerado uma data de referência para compreender a história política atual dos Roma na Europa. Nesse dia, a cidade de Londres acolheu a celebração do primeiro Congresso Mundial Romani, que reuniu diferentes povos de toda a Europa para construir juntos a primeira estratégia coletiva, transnacional, para a emancipação

política romani.<sup>6</sup> O Conselho Nacional Cigano de Educação (National Gypsy Education Council) do Reino Unido<sup>7</sup> acolheu e organizou o Congresso, embora o Comitê Internacional Rom, liderado por Vanko Rouda, tenha tentado, sem sucesso, que o evento tivesse lugar na sede da Unesco em Paris. A agenda política<sup>8</sup> que resultou desse Congresso pode ser definida como nacionalista, no sentido clássico da palavra – ainda que, entre suas exigências, não houvesse nenhuma reivindicação territorial –, e centrada em dois objetivos: colocar a questão do povo Rom no debate político internacional, constituindo uma delegação que pressionaria as Nações Unidas pelo reconhecimento da nação Rom, e unificar politicamente os povos Roma em âmbito mundial.<sup>9</sup> O ativista Grattan Puxon,<sup>10</sup> membro-fundador do Conselho Cigano no Reino Unido (1966) e um dos organizadores do primeiro Congresso, declarou no seu discurso de boas-vindas: “Ver tantos Roma de tantos países é uma certeza de que não somos uma minoria, mas parte de uma nação preparada para afirmar nossa identidade e nosso modo de vida autônomos”.<sup>11</sup> No

<sup>6</sup> O último Congresso Mundial, o nono, foi celebrado em 2015. Sobre o primeiro Congresso, ver, entre outros, os trabalhos de Kenrick, 1971; Puxon, 2000; Nirengberg, 2009, pp. 98-99; Giménez, 2018.

<sup>7</sup> Um projeto educativo para crianças Roma que viviam em assentamentos precários, iniciado por Thomas Acton, um estudante da Universidade de Oxford, nos anos 1960. Cf. Puxon, 2000; Acton *et al.*, 2014.

<sup>8</sup> A diversidade de orientações políticas já estava presente desde o início em 1971: desde as aspirações comunistas do representante dos Roma sérvios, Slobodan Berbeski, que presidiu o Congresso, até quem seria o primeiro parlamentar Rom eleito democraticamente na Espanha, Juan de Dios Ramírez Heredia, em 1977, nas filas de um partido, hoje extinto, de centro-direita – a União de Centro Democrático (UCD), e que estava no Congresso como representante do Secretariado Gitano, vinculado à Igreja católica.

<sup>9</sup> Georgieva-Stankova, 2015, p. 441.

<sup>10</sup> Puxon tem estado envolvido, desde os anos 1960, na luta contra os despejos de famílias Roma na Irlanda e no Reino Unido, e tem desenvolvido um trabalho historiográfico em coautoria com Donald Kenrick sobre o genocídio nazista da população Rom e Sinti na Alemanha e sobre a luta das vítimas por reconhecimento e reparação. Cf. Kenrick & Puxon, 1972; Puxon, 1981.

<sup>11</sup> Puxon, 2000, p. 107.

Congresso esteve presente Joan Vickers, política conservadora e membro da delegação do Reino Unido no Conselho da Europa (CoE). No segundo Congresso Mundial, realizado em 1978, foi criada a União Internacional Romani (*Romano Internacionalno Jekhetanipe*), que adotou a emissão do passaporte como um ato simbólico para o reconhecimento da nação Rom,<sup>12</sup> e que ainda hoje é a maior organização transnacional romani.

São diversas as perspectivas sobre o real alcance e a influência desses dois primeiros congressos mundiais no movimento político romani, mas queremos destacar dois aspectos do relato de Puxon. Um primeiro aspecto diz respeito à relação de ativistas romanis com organismos internacionais, como o CoE ou a Unesco, e com instituições como a Igreja católica em anos anteriores a 1971. Puxon<sup>13</sup> descreve sua visita a Estrasburgo, junto com outros ativistas como Manfri Wood ou Leulea Rouda, para reunir-se com membros de diferentes delegações do CoE com o objetivo de apresentar denúncias documentadas sobre a brutalidade policial e sobre a política de despejos que as famílias Roma sofriam em contextos como o irlandês, o britânico e o francês. Em agosto desse ano, o delegado sueco Daniel Wiklund apresentou seu relatório com recomendações ao CoE, afirmando que os processos por ele examinados representavam uma violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Recomendou que se estabelecesse diálogo com as organizações Roma, criticando o costume de consultar sempre os peritos *gadje*, e que cada Estado-membro estabelecesse um organismo nacional para a situação dos Roma, composto por representantes romanis e do governo. Meses depois, em 1970, Puxon, Leulea e Vanko Rouda reuniram-se com delegados da Unesco para debater a questão da discriminação no sistema educativo, as barreiras em termos do currículo e a necessidade de formar professores e escolas romanis. Finalmente, Puxon refere que

---

<sup>12</sup> A União tem um *website* oficial: <<http://iru2020.org/>>.

<sup>13</sup> Puxon, 2000, pp. 102-104.

nesse contexto “o movimento tinha feito as pazes com a Igreja católica”, destacando a visita do ativista e linguista Derek Tipler ao Vaticano, onde dialogou com a direção de Cáritas. Ainda em 1970, o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” publica o relatório *Uma minoria migrante oprimida, os ciganos (Une minorité migrante opprimée, les Tziganes)*, no qual o organismo do Vaticano assumia as recomendações do CoE sobre a organização dos Roma – “os próprios ciganos começam a sentir a necessidade de se organizar, para contribuir à promoção do seu próprio povo” –,<sup>14</sup> e fazia referência explícita aos Secretariados Gitanos que estavam sendo implementados na Espanha.

O segundo aspecto do relato de Puxon refere-se às tensões que afloraram durante o primeiro Congresso Mundial, em particular na comissão sobre educação.<sup>15</sup> Puxon e outros membros do Conselho Cigano defenderam seu programa de escolas *Romano Drom*, focado em oferecer educação às crianças que viviam em caravanas no contexto inglês (*travellers*), denunciando a violência e o desdém de que eram objeto no sistema educativo, e a necessidade de formar educadores romanis. Essa iniciativa gerou controvérsia, e o debate centrou-se na necessidade de obrigar as famílias a inscrever as crianças nas escolas. Nesse sentido, o checo Antonin Daniel, moderador do debate, relatou que, antes da Segunda Guerra Mundial, ele havia sido um dos primeiros estudantes Roma a cursar o ensino secundário na cidade de Oslavany e a formar-se como educador, assinalando que a situação não tinha melhorado muito. Daniel afirmou que o povo Rom tinha de alcançar o resto da sociedade, para só então poder “contribuir ao progresso da sociedade como um todo. Com isso não quero dizer que os Roma irão desaparecer. *Sou a favor da integração, não da assimilação*”.

O que nos ilustram os processos de absorção da representação dos Roma ao tecido dos organismos internacionais e as tensões no seio do

<sup>14</sup> Liégeois, 1975, p. 311.

<sup>15</sup> Puxon, 2000, pp. 107-109.



movimento? Duas armadilhas que persistem até a atualidade: a armadilha da representatividade e do associativismo romani, e a da integração “sem assimilação”. Os chamados à participação dos Roma, à constituição de organizações próprias que romperiam com o ventriloquismo *gadje* ou os *intermediários* Roma<sup>16</sup> não têm levado à formação de uma agenda política autônoma nem de um projeto antirracista emancipatório. Esses organismos nacionais que Wiklund reclamava desde o CoE em 1969 têm sido criados, assim como têm se proliferado as associações Roma, mas sempre sob a tutela e a racionalidade política do Estado, como no caso do Secretariado Gitano, que abordaremos na seção seguinte.

Os chamados à integração e as promessas de inclusão socioeconômica e política parecem estar num eterno debate sobre os próprios conceitos, assim como num ciclo vicioso de tentativas (programas, políticas, iniciativas, redes etc.) fracassadas. O debate em torno da integração, bem como a necessidade de políticas europeias que conseguissem forçar os Estados a melhorar a situação do povo Rom, adquiriu ainda maior centralidade na década de 1990, com a queda dos regimes socialistas, o início da “transição” à democracia liberal e a entrada na UE. Assim, organismos da UE, o Banco Mundial,<sup>17</sup> a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e também organizações filantrópicas, como a Fundação Open Society, somaram-se aos organismos do CoE e da ONU<sup>18</sup> nas intervenções do movimento romani, além dos diferentes governos nacionais, na promoção dos direitos humanos e minoritários dos Roma e na proteção da sua identidade cultural. O eterno debate entre integração e assimilação revela a defesa de uma ideologia e de estratégias políticas que focam a necessidade de “modernizar” a identidade Rom:

<sup>16</sup> Sobre a figura dos “intermediários” e a sua continuidade no entramado das ONGs, cf. Nirengberg, 2009.

<sup>17</sup> Cf. Ringold, 2000.

<sup>18</sup> Sobre o trabalho de ativistas, organizações e associações romanis no âmbito das Nações Unidas desde a década de 1970, cf. Klímová-Alexander, 2015 [2005].

Tem a integração como estratégia de desenvolvimento para as comunidades ciganas algum valor para os próprios ciganos? Depende da forma como definimos estes conceitos. Como foi provado até certo ponto pela *intelligentsia* Rom, não há contradição básica entre a integração e a conservação de uma identidade Rom. Trata-se antes de uma tentativa consciente de modernizar a identidade romani sem necessariamente implicar o seu abandono. [...] Esforços conscientes para promover uma identidade mais flexível, moderna e criativa constituiriam uma estratégia promissora.<sup>19</sup>

Nessa abordagem política, produzida por uma epistemologia branca, não há espaço para um projeto político emancipatório que combata o anticiganismo estrutural, salvo como retórica e incorporação inconsequente de um vocabulário político. Voltaremos a esta discussão na seção final do texto.

#### A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INTEGRACIONISMO NOS CONTEXTOS ESPANHOL E PORTUGUÊS

A relação entre o Estado espanhol e o povo Kaló<sup>20</sup> no atual “regime de 78”<sup>21</sup> – ou seja, a “transição democrática” que pôs fim a mais de quatro décadas de ditadura militar – tem sido marcada, desde o início, pela negação sistemática da agência política autônoma do povo Rom como sujeito político soberano. O chamado “modelo espanhol de integração cigana”, que nas últimas décadas trouxe tantas receitas políticas e reconhecimento internacional,<sup>22</sup> nunca se baseou nas exigências

<sup>19</sup> Cf. Gheorghe & Mirga, 2001.

<sup>20</sup> Termo de autoidentificação do povo Rom assentado no Estado espanhol desde o final do século XV.

<sup>21</sup> Cf. Kale Amerge, 2017. Kale Amenge é uma organização política Rom; seu manifesto político pode ser consultado *on-line*. Disponível em <<https://www.kaleamenge.org/manifiesto-kale-amenge/>>. Acesso em 20/7/2020.

<sup>22</sup> Para uma crítica do “mito” do modelo de integração promovido pelo Estado espanhol, cf. Maya & Mirga, 2014.

coletivas do povo Rom, mas sim num equilíbrio de poderes resultante de negociações entre a rede de ONGs, construída para gerar a ilusão da inclusão de uma suposta voz cigana, e a imposição de uma agenda estatal interessada em manter o anticiganismo fora de qualquer consideração política.

Anular e conter a potencial construção de uma agenda política que emergja da autonomia e da vontade dos bairros guetizados – onde a população cigana tem estado historicamente confinada –, impondo a ideologia da integração como um quadro político intransponível, exigiu todo um exercício de engenharia racial. Esse exercício tem imposto dois processos cruciais: (i) a despolarização da causa cigana, que acabou por ficar enclausurada na esfera “social” – políticas nas áreas de educação, habitação, saúde e acesso ao emprego –, deixando de fora qualquer possível debate sobre a autogestão política pelo povo Rom de seu futuro, ou a exigência de direitos coletivos para além da noção individualista de direitos humanos; e (ii) a criação e a legitimação de uma voz supostamente romani, que justificaria as medidas de integração concebidas pela agenda branca. Esse lugar tem sido reservado às ONGs, associações ou fundações que têm usurpado a voz política do povo cigano ao longo das últimas décadas. Assim, por meio de financiamento público e da concessão a elas de um papel aparentemente “legítimo” como interlocutoras da chamada “sociedade civil cigana”, o Estado garantiu sob o seu controle a agenda política, perpetuando a ideologia da integração e sufocando as possibilidades de construção política autônoma do povo Kaló.

Parece-nos importante explicitar que as associações e ONGs, convertidas em interlocutoras do Estado, não acabaram por exercer cumplicidade com a branquitude e a sua agenda política “civilizadora”, como parte de um processo de *cooptação* política, mas antes o contrário: a imensa maioria dessas organizações foi moldada desde a sua origem pelo interesse do Estado, por meio de chamados a subsídios públicos e da imposição daquilo que, a partir da posição integracionista, era considerado prioridade política (e.g., absentismo escolar, educação de gênero, diversidade cultural e conhecimento da cultura cigana,

interculturalidade e campanhas de sensibilização da população majoritária contra o preconceito etc.).

A centralidade da branquitude nas políticas públicas para a população cigana, bem como a cumplicidade das entidades de apoio, não só teve um impacto político na validação e na aceitação de práticas paternalistas, assistenciais e despolitizadoras, mas também na consolidação de uma noção de racismo baseada em preconceitos individuais e estereótipos sociais que mascaram deliberadamente a sua natureza estruturante nas instituições do Estado. Como aponta Sebijan Fejzula: “a interpretação do anticiganismo como estando ligado a estereótipos culturais e biológicos impediu-nos de o discutir como uma questão de organização sociopolítica e excluiu a raça como uma categoria crucial [desse processo organizacional]”.<sup>23</sup>

Outro elemento-chave que deve ser acrescentado à despolitização e à usurpação do espaço político romani é a prática do *tokenismo* de Estado. O emprego cosmético de rostos Roma – para legitimar projetos de interesse do sujeito político branco – não se limita aos indivíduos, mas tem uma longa história de utilização de coletivos e organizações. Um exemplo ilustrativo é a criação do Conselho Estatal do Povo Cigano (*Consejo Estatal del Pueblo Gitano*). Quase desde a sua origem, uma boa parte do quadro das ONGs que constitui o chamado “movimento associativo cigano” tem sido hábil na distorção da linguagem e na criação de filigranas cosméticas que mascaram as suas intenções despolitizadoras. Nesse sentido, uma de suas melhores obras semânticas foi a própria escolha do nome, pois Conselho pode levar qualquer pessoa que não esteja imersa na história recente do “associativismo cigano” a pensar que a entidade constitui uma espécie de Parlamento Rom, isto é, um local onde o povo Rom, no exercício de sua autonomia política, decidiria seu futuro. No entanto, se olharmos para sua composição e seu enquadramento político, fica evidente que essa entidade está sujeita ao controle estatal.

<sup>23</sup> Fejzula, 2019, p. 2.100. Sobre o silenciamento da raça na Europa, cf. Lentin, 2008.

De fato, assim surgiu o Conselho: “O Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais promove a criação do Conselho Estatal do Povo Cigano, como órgão colegial e consultivo, para formalizar a participação e a colaboração das organizações relacionadas com a população Roma na área do bem-estar social”.<sup>24</sup> Em 2012, após sete anos de funcionamento, o Conselho foi transferido para o Ministério da Saúde – nas suas diversas nomeações dependendo do governo –, onde permanece até hoje, com a qualidade de organismo interministerial. Contudo, o que não mudou foi o mecanismo de seleção dos seus membros, uma fórmula que é completamente estranha à grande maioria dos Roma no contexto espanhol, pois nunca foram consultados para escolher os representantes que defenderão seus interesses num organismo interministerial tão importante.

Para além da presidência e dos membros correspondentes à Administração Geral do Estado, o Conselho Estatal do Povo Cigano é composto por cerca de 20 ONGs, associações e plataformas de associações, que são selecionadas pelo Ministério mediante convocatória pública. De acordo com as informações fornecidas pelo atual Ministério da Saúde, Consumo e Bem-Estar Social, foram feitos cinco convites à apresentação de candidaturas entre 2005 e 2017. Em todos os casos, a seleção foi feita pelos ministérios e órgãos administrativos do Estado, considerando-se como critério indispensável para a participação nesses processos ter experiência comprovada de colaboração e cumplicidade com as instituições do Estado e com sua agenda, ou, como é descrito na convocatória: “experiência na implementação de programas sociais, especialmente aqueles subsidiados com fundos públicos, nos últimos três anos”. Assim, o Estado, com a cumplicidade da rede de ONGs, assegura que esse Conselho – considerado como o principal interlocutor político entre o Estado e a população cigana – seja constituído por pessoas e associações com perfis que se assemelhem ao *modus operandi* das políticas do Estado: dependentes dos subsídios públicos, gestores de projetos aclimatados ao cumprimento da agenda

---

<sup>24</sup> Decreto real 891/2005, de 22 de julho.

da branquitude e conformes ao compromisso civilizador e paternalista das políticas públicas do Estado dirigidas à população Rom. Assegura-se, portanto, a manutenção de um espaço dessa magnitude e dessa “legitimidade política” (concedida pelo próprio Estado) que está blindado contra iniciativas políticas autônomas que questionem o assistencialismo paternalista com base no qual foram concebidas as intervenções estatais, e que exijam uma agenda política antirracista; em suma, corta-se qualquer possibilidade de diálogo com um sujeito político cigano autônomo.<sup>25</sup> Tal agenda entraria, necessariamente, em conflito com o interesse político da branquitude, ao exigir políticas de justiça e de reparação histórica.

Entre as organizações do Conselho Estatal encontra-se a Fundação Secretariado Gitano (FSG), que tem feito dessa relação com o Estado e os organismos internacionais o seu sinal de identidade. A FSG foi criada na década de 1960 pela Igreja católica, como uma intervenção missionária na população cigana, à qual pretendia oferecer assistência espiritual e social. Tem passado por várias etapas: desde sua conversão em entidade civil sem fins lucrativos, em 1982, e sua posterior transformação em fundação, em 2001, até se tornar uma das primeiras ONGs do *ranking* aptas a receber financiamento público, estatal e europeu, destinado à implementação de projetos de intervenção na população cigana, com um “volume de atividade” de 26.114.201 euros em 2018.<sup>26</sup> A FSG tem recebido diversos prêmios e reconhecimentos, tanto no nível estatal como no internacional, contribuindo para a consolidação do mito do “modelo espanhol de

<sup>25</sup> Por exemplo, a atual segunda vice-presidente do Conselho é Beatriz Carrillo, que é também presidente de uma das organizações-membro da Federação das Associações de Mulheres Ciganas (Fakali), posições que ocupa simultaneamente com o seu assento no Parlamento como deputada eleita pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Espanhol (Psoe), atualmente no governo. Todas essas ligações mostram, mais uma vez, a complexa relação do chamado “movimento associativo cigano” com a máquina do Estado, e sua cumplicidade com o poder branco.

<sup>26</sup> Entre suas fontes de financiamento, 44% correspondem a programas operativos do Fundo Social Europeu e 12% a financiamento estatal. O Relatório Anual completo pode ser consultado *on-line*. Disponível em <[https://www.gitanos.org/centro\\_documentacion/publicaciones/fichas/128157.html.es](https://www.gitanos.org/centro_documentacion/publicaciones/fichas/128157.html.es)>. Acesso em 18/7/2020.

integração”. Sua vasta produção de conhecimento acessível *on-line* (e.g., materiais de trabalho, guias, folhetos etc.) e centrada no conceito da “mediação intercultural”, além de despolitizar o antirracismo, traduz o entendimento hegemônico branco, da “necessidade de fomentar a comunicação entre as pessoas da cultura majoritária e as pessoas das culturas minoritárias” como mecanismo “para caminhar em direção a uma sociedade intercultural e mestiça”.<sup>27</sup>

Contudo, a FSG também tem sido alvo das críticas de ativistas e grupos Roma que se consideram instrumentalizados por uma organização, legitimada pelo Estado, que é liderada por brancos e que acabou se tornando um dos principais “interlocutores” dos supostos interesses dos Roma. Nesse sentido, os ativistas Silvia Agüero e Nicolás Jiménez fizeram pública esta crítica em 2017, afirmando que:

Anticiganismo é que a ONG que recebe mais apoio e dinheiro do Estado e de todas as regiões autônomas para realizar ações dirigidas à população cigana seja a Fundação Secretariado Gitano, que é uma organização dirigida por *payos* [brancos]. E o pior de tudo é que o discurso e as políticas destinadas à população cigana se baseiam fundamentalmente nos relatórios dessa ONG.<sup>28</sup>

A resposta da FSG, assinada por Sara Giménez, defendeu o “modelo da interculturalidade” e a “paridade étnica” no seio da Fundação, assim como “o rigor científico e a independência” dos relatórios.<sup>29</sup> A resposta mostra uma posição política – com a qual as ONGs e as instituições estatais concordam há décadas – que torna explícito um problema estrutural fundamental para a construção do povo Rom como sujeito político autônomo. Giménez naturaliza o fato de que o quadro político com base no qual são analisadas as intervenções destinadas à população Rom – moldado, precisamente, por tais relatórios – está reduzido às

<sup>27</sup> Fundación Secretariado Gitano, 2007, p. 58.

<sup>28</sup> Agüero & Jiménez, 2017.

<sup>29</sup> Giménez, 2017.

exigências socioeconômicas nas áreas de habitação, educação, saúde e emprego. O debate político é deliberadamente obviado e banido. Assim, as exigências de autodeterminação do povo Rom e o direito de decidir coletivamente sobre a agenda política a negociar com o Estado – sem que as ONGs atuem como intermediárias – são negados, mantendo as prioridades de intervenção adaptadas à agenda e ao benefício da FSG e do Estado.

A sobreposição entre a agenda do Estado para a população Rom e o tipo de modelo organizativo é tanta que o antigo diretor-geral da FSG, José Manuel Fresno,<sup>30</sup> quando se refere ao conceito de “parceria” (*partenariado*) como um dos elementos fundamentais do trabalho da FSG, define-o como “uma forma de trabalhar, envolver-se e colaborar com as administrações e com outros setores sociais”.<sup>31</sup> Esse “envolvimento” atinge tal ponto de coincidência que se torna difícil discernir, na prática política, entre a agenda de intervenção social da ONG e a missão civilizadora do Estado. Ambas as partes acabam se configurando como uma *unidade de ação* para garantir seu objetivo: proteger a abordagem hegemônica na discussão/intervenção/gestão do anticiganismo, conformando-a aos limites do interesse do Estado. Como consequência, consolida-se a usurpação do espaço político romani e bloqueiam-se as iniciativas políticas de enfrentamento ao anticiganismo enraizado nas instituições e na agenda do Estado.

Finalmente, outra estratégia das ONGs que impede a construção de um sujeito político autônomo Rom, no contexto espanhol, é o parasitismo,

<sup>30</sup> Fresno tem trabalhado em diversas ONGs, foi presidente do Conselho para a Promoção da Igualdade de Trato e Não Discriminação das pessoas em razão da origem étnica ou racial (2010-2013) do Estado espanhol, e membro da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância – Ecri (2003-2007). Criou e dirige a consultoria *Fresno, the right link*, que tem realizado numerosos relatórios e avaliações de projetos e políticas públicas como a “Estratégia Nacional para a Inclusão Social da População Cigana” no contexto espanhol, assim como relatórios para a Comissão Europeia (UE) e outros organismos. Esses relatórios podem ser consultados *on-line*. Disponível em <<https://www.fresnoconsulting.es/publicaciones/>>. Acesso em 18/7/2020.

<sup>31</sup> Fresno, 2001-2002.



com o uso estético do discurso e do simbolismo antirracista gerado por organizações que não dependem do Estado. Perante o aumento da visibilidade das críticas à FSG no debate público, as quais evidenciam sua falta de legitimidade como representante dos interesses do povo Rom, outras ONGs têm feito um uso oportunista desse espaço para se apresentarem como alternativas, porém sem questionar seu envolvimento e sua cumplicidade tanto com o integracionismo do Estado como com a agenda institucional branca. Um exemplo ilustrativo foi o episódio protagonizado pela plataforma Khetane na Comissão para a Reconstrução Social e Econômica estabelecida após o impacto da Covid-19, durante a sessão realizada no Congresso dos Deputados em junho de 2020 e, especificamente, com o Grupo de Trabalho sobre Políticas Sociais e o Sistema de Atendimento da Comissão. A sessão teve como objetivo analisar a situação da população Rom, e a participação da Khetane gerou certa expectativa entre algumas associações ciganas, já que inicialmente a única organização convidada tinha sido a FSG.<sup>32</sup> O representante da Khetane enfatizou que sua participação era um “momento histórico”, pois seria “a primeira vez que uma organização da sociedade civil cigana é chamada a comparecer no Parlamento”.<sup>33</sup> Ele sublinhou a centralidade da luta contra o anticiganismo estrutural, sobretudo na segregação educativa e residencial, assim como aludiu de modo implícito à falta de legitimidade da FSG, com cuja representante partilhava mesa. Pergunta-se, contudo, se a presença dessa plataforma representava realmente uma rutura com o modelo descrito até aqui. Em 2005, mais de 50% das organizações que ganharam a convocatória pública para ter acesso ao Conselho Estatal do Povo Cigano pertenciam à plataforma Khetane; na atualidade, elas representam 70% das organizações romanis no Conselho.<sup>34</sup> Tendo os

<sup>32</sup> A comparecência está disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Z\\_PiwJGQXaA](https://www.youtube.com/watch?v=Z_PiwJGQXaA)>. Acesso em 19/7/2020.

<sup>33</sup> *Idem.*

<sup>34</sup> Segundo a informação fornecida pelo Ministério da Saúde, Consumo e Bem-Estar Social em relação às resoluções relativas ao Conselho Estatal do Povo Cigano publicadas no *Boletín Oficial del Estado (BOE)* e disponíveis nos endereços eletrônicos

dados em consideração, é importante questionar se estamos realmente em um momento de ruptura política ou de continuidade com a agenda do Estado.

Assim como no contexto espanhol, em Portugal os organismos da Igreja católica são aqueles que têm tradicionalmente desenvolvido iniciativas e projetos de assistência e inclusão social da população cigana; um processo que continuou depois da revolução de abril de 1974, junto com a maior presença das ONGs, como a Rede Europeia Antipobreza (EAPN/Portugal), desde a década de 1990. Desse modo, a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e a Cáritas, ambas pertencentes à Conferência Episcopal Portuguesa, e também a Santa Casa de Misericórdia, continuam fortemente presentes na atualidade, sobretudo no nível local, como implementadoras de programas estatais e europeus.

Na década de 1990, o Estado português, imerso no processo de europeização das políticas públicas desde a sua entrada na União Europeia, inaugura uma série de iniciativas centradas na “inserção social” e na “integração” de imigrantes e da população Rom. Tais iniciativas inseriam-se no âmbito de uma retórica sobre o “multiculturalismo” e a “interculturalidade” como marcas da sociedade portuguesa, discurso que se intensificaria na década de 2000.<sup>35</sup> O ano de 1996 foi um momento-chave na aprovação de medidas estatais, com um efeito específico na gestão da “questão cigana”: são criados o Rendimento Mínimo Garantido (hoje Rendimento Social de Inserção) e o Mercado Social de Emprego, focados em promover a inserção social de grupos vulneráveis, com uma incidência específica na população Rom. Nesse ano foi também criada a entidade do Alto Comissário para as Minorias Étnicas (Acime) e, no seu âmbito, o Grupo de Trabalho para a Igualdade e a Inserção dos Ciganos,

---

do Ministério <<https://www.mscbs.gob.es/va/ssi/familiasInfancia/PoblacionGitana/ConPuebloGitano.htm>>. Acesso em 19/7/2020; e da Plataforma Khetane <<https://plataformakhetane.org/index.php/organizaciones/>>. Acesso em 19/7/2020.

<sup>35</sup> Sobre as políticas de integração em Portugal durante os anos 2000, cf. Maeso & Araújo, 2013.

que enviou relatório e propostas de ação já no ano seguinte. O então primeiro-ministro António Guterres reconheceu que esse grupo era a primeira iniciativa articulada do Estado para garantir a cidadania plena dos portugueses ciganos.<sup>36</sup>

As iniciativas têm focado principalmente a educação<sup>37</sup> e o emprego, por meio de abordagens dominantes como o “insucesso escolar” e a falta de “competências profissionais”. O Projeto Nómada (1995-2004), concebido pela educadora Mirna Montenegro, foi uma das primeiras iniciativas implementadas em regiões do Sul do país a envolver ONGs, instituições do Estado em nível local e entidades religiosas. O Projeto Nómada trabalhou com as famílias Roma e os profissionais educativos nas escolas, no contexto posterior ao estabelecimento do Rendimento Mínimo, quando muitas escolas começaram a receber uma grande afluência de estudantes Roma, provocando a rejeição das famílias brancas.<sup>38</sup>

Em Portugal, assim como nos contextos espanhol e europeu, apostou-se na formação e no emprego de “mediadores culturais” – profissão reconhecida como tal no ano 2001 –, primeiro diretamente nas escolas, desde 1996, e, anos depois, o trabalho sendo alargado com o Projeto Piloto de Mediadores Municipais em 2009.<sup>39</sup> A mediação sociocultural tem sido entendida, nos âmbitos político e acadêmico, como um mecanismo não só de resolução de “conflitos interétnicos”, como também de “conhecimento do Outro” e de construção de “coesão social”, em contextos marcados por relações hierarquizadas e processos de marginalização, como seria

<sup>36</sup> Grupo de Trabalho, 1998, p. 5.

<sup>37</sup> Uma das primeiras iniciativas nessa área foi a criação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério de Educação (despacho normativo n. 63/91) para a impulsão de políticas educativas centradas na convivência intercultural e no aumento do sucesso educativo, reconhecendo as novas necessidades do país após a entrada na UE e a “emergência de manifestações de intolerância e, em alguns casos, de violência física e psicológica exercida sobre minorias étnicas” (*Diário da República*, 1991, p. 1.274). As crianças Roma eram um dos públicos-alvo das políticas do Secretariado.

<sup>38</sup> Montenegro, 2004.

<sup>39</sup> Cf. Castro & Santos, 2010.

o caso das comunidades ciganas.<sup>40</sup> Em 2011, o Conselho da Europa iniciou o programa Romed, centrado na formação de mediadores, que ajudaria na “melhoria da comunicação e da cooperação entre os Roma e as instituições públicas”.<sup>41</sup> O programa seria depois expandido para além do foco na formação individual, para atingir as comunidades e fortalecer o envolvimento institucional, sobretudo perante o poder local, dentro do marco discursivo dos direitos humanos.<sup>42</sup>

Assim, é nesse contexto que se vão institucionalizando as ideologias do *integracionismo* e da *mediação (inter)cultural*, com uma abordagem específica em relação ao povo Rom. O seguinte excerto do relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e a Inserção dos Ciganos revela tal abordagem, que pouco tem mudado ao longo dos anos:

A comunidade cigana portuguesa é afetada por graves problemas de integração social, econômica, cultural e mesmo política, que tendem não só a reproduzir a posição de “excluídos” como a gerar um duplo efeito “desintegrador”. Por um lado, a falta de competências socioprofissionais adquiridas, fator visível nos elevados níveis de analfabetismo, no recorrente insucesso escolar dos jovens ou na ausência de adaptação a perfis profissionais inseríveis no mercado regular de trabalho, contribui para a situação de pobreza e miséria sofrida pela maioria dos ciganos; por outro lado, a esses fatores de ordem estrutural associa-se a discriminação social que faz desta comunidade um grupo estigmatizado, votado a uma certa indiferença social ou até, em caso-limite, à intolerância declarada e ofensiva, chegando a extremos que redundam na expulsão das localidades onde se instalaram.<sup>43</sup>

O anticiganismo fica afunilado num reconhecimento da *discriminação social*, entendida como a existência de preconceitos e atitudes intolerantes que, em alguns contextos, chegam a se manifestar violentamente.

<sup>40</sup> *Idem*, pp. 141-142.

<sup>41</sup> Disponível em <<http://www.coe-romed.org/romed1>>. Acesso em 10/7/2020. Para uma crítica do programa Romed, cf. Kóczé, 2019.

<sup>42</sup> Kóczé, 2019, p. 197.

<sup>43</sup> Grupo de Trabalho, 1998, pp. 16-17.

Todavia, os organismos do Estado, seja no nível central ou no local, raramente são colocados no centro do problema do anticiganismo. Como já temos analisado em outros trabalhos no âmbito do emprego, essa abordagem tem favorecido um entendimento dominante do racismo como uma questão relativa ao “conhecimento do outro”, cuja superação é concebida mediante ações de “sensibilização” da população “majoritária”. A “integração” no mercado laboral ou no sistema educativo tem estado focada na “ativação de competências pessoais e sociais”, entendida, na prática, como um processo de “civilização” do povo Rom.<sup>44</sup>

Esse enquadramento geral tem-se mantido desde os anos 1990 até a atualidade, mediante a constituição de um entramado de organismos do Estado e do poder local, ONGs brancas, associações romanis, entidades da Igreja católica e a Academia, mas com a supervisão centralizada, desde a década de 2000, do Estado português, por meio do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) nas suas diferentes nomeações,<sup>45</sup> e uma presença cada vez mais forte das diretrizes e do financiamento da União Europeia. Nesse sentido, é crucial compreender como a agenda política da integração é gerada pelos interesses, pelas visões e pelas experiências da branquitude, colocando o conhecimento da população Rom no centro do problema, a sua “evolução” e o seu acercamento às instituições, convertendo-a numa população imersa num estado de eterno *diagnóstico* por parte do poder branco. Essa situação acaba por ser dominante nos diferentes contextos europeus, sendo que o reconhecimento do anticiganismo como problemática não coloca em causa o Estado e a branquitude, mas acaba *incorporado* e diluído nas mesmas soluções – associativismo romani de corte culturalista, ações de sensibilização e intervenções civilizadoras sobre a vida e os corpos dos indivíduos e as famílias Roma –, deixando totalmente silenciadas pautas como a violência policial ou o encarceramento, que afetam historicamente o povo Rom.

<sup>44</sup> Cf. Maeso, 2015; para uma análise histórica a respeito da ideologia e das políticas civilizatórias sobre o povo Rom na Europa, cf. Trehan & Kóczé, 2009.

<sup>45</sup> Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (2002-2007); Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (2007-2014).

Em 2013 foi lançada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Enicc, 2013-2020), com um programa de atuação em quatro eixos – educação, habitação, emprego/formação e saúde – e oito dimensões transversais que incluem: “discriminação” e “justiça e segurança”.<sup>46</sup> Em seus Relatórios de Execução de 2015 e 2016 vemos que, dando continuidade às abordagens de anos anteriores,<sup>47</sup> a atuação na área da discriminação centrou-se em ações e campanhas de “sensibilização” junto à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), algumas com membros das forças de segurança.<sup>48</sup> Todavia, não há um programa de efetivo combate ao racismo que, por exemplo, atue na implementação da legislação vigente e na análise das queixas apresentadas por cidadãos Roma à CICDR.<sup>49</sup> Junto com a Enicc foram estabelecidos organismos dirigidos e ocupados principalmente por professores universitários brancos, como o Observatório das Comunidades Ciganas, dirigido pela socióloga Maria José Casa-Nova, centrado na produção de conhecimento sobre o que se denomina “educação inter/multicultural”, marginalizando o debate sobre o anticiganismo estrutural para centrar-se na retórica da diversidade cultural nas escolas.<sup>50</sup>

<sup>46</sup> As oito dimensões são: Conhecimento das comunidades ciganas e acompanhamento da Enicc; Discriminação; Educação para a cidadania; História e cultura ciganas; Igualdade de gênero; Justiça e segurança; Mediação; Segurança social. Cf. Governo de Portugal, 2012, pp. 23-43.

<sup>47</sup> Cf. Maeso, 2015.

<sup>48</sup> Governo de Portugal, 2012, p. 14. Disponível em <[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/ENICC\\_Relat%C3%B3rio+Execu%C3%A7%C3%A3o\\_2016.pdf/55f8ffb5-50bc-490c-b56c-3a5994d748b6](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/ENICC_Relat%C3%B3rio+Execu%C3%A7%C3%A3o_2016.pdf/55f8ffb5-50bc-490c-b56c-3a5994d748b6)>. Acesso em 2/9/2021.

<sup>49</sup> A análise da implementação da legislação de combate à discriminação racial (lei 18/2004) entre 2006 e 2016 mostrou que não houve nenhuma condenação efetiva contra agentes das forças de segurança. Do total de queixas recebidas na área das forças de segurança, 19% foram por discriminação contra mulheres e homens Roma. No âmbito penal, ocorreu uma condenação de um agente da Polícia de Segurança Pública, em 2016, por ofensas à integridade física qualificada por ódio racial contra um cidadão cigano (cf. Maeso *et al.*, 2020).

<sup>50</sup> Cf. Casa-Nova *et al.* 2020.

Em 2018, a Enicc foi revista e relançada alargando o período da sua implementação até 2022, após críticas ao escasso sucesso no cumprimento dos seus objetivos. O texto da nova Estratégia assim reconhecia: “Apesar da evolução sentida nos últimos anos, continuam a registrar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de muitas pessoas e famílias ciganas, *bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas*”.<sup>51</sup> A nova Estratégia tem reforçado a intervenção na área da escolarização, e lançou o Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (Paac). Em julho de 2020, foram publicados dados que revelariam resultados positivos no âmbito educativo.<sup>52</sup>

### O CICLO INFINITO DA GESTÃO INTEGRACIONISTA DO ANTICIGANISMO

As dinâmicas descritas nos contextos espanhol e português estão atravessadas, como vimos, pela europeização da “integração” do povo Rom desde os anos 1990. Multiplicam-se programas, políticas, projetos e estratégias que atenuam a distinção entre a Europa Ocidental e a Oriental

<sup>51</sup> Resolução do Conselho de Ministros n. 154/2018. *Diário da República*, n. 230, 1ª série, de 29 de novembro de 2018.

<sup>52</sup> Cf. Pereira, 2020. Os dados referem-se às respostas de agrupamentos educativos ou escolas a um questionário eletrônico preparado pelos serviços do Ministério da Educação em relação ao ano letivo 2018/2019. A quantidade de alunos Roma inscritos no ensino público tem aumentado, mas esses números vão decaindo conforme o nível de ensino. Assim, comparando com os dados do curso 2016/2017, a proporção de alunos ciganos que frequentavam o secundário passou de 2% para um 2,6%, um aumento pouco significativo. A abordagem analítica da academia branca sobre esse processo percorre caminhos já trilhados que colocam a “identidade cigana” como contrária ou de difícil adaptação ao mundo escolar. Por exemplo, Manuela Mendes, socióloga e perita em “estudos ciganos”, comentou: “[Os estudantes ciganos] vivem nos dois mundos. São sobreviventes. Têm orgulho em ser ciganos, mas querem estudar, ter uma profissão qualificada, uma vida como os não ciganos. E isso de estar dentro e fora é muito desafiante”.

no entendimento da realidade política dos Roma.<sup>53</sup> Essa multiplicação de iniciativas produz uma espécie de círculo vicioso de reprodução do mesmo quadro político que, longe de combater o anticiganismo, representa a sua gestão institucionalizada.

Um exemplo ilustrativo dessas iniciativas internacionais foi o projeto Roma Edem (2004-2006),<sup>54</sup> financiado pela União Europeia e coordenado pela Fundação Secretariado Gitano espanhola, com a participação de Portugal, Hungria, República Checa, Romênia e Irlanda do Norte. Esse projeto visava à aplicação de medidas de combate à discriminação racial contra o povo Rom, sobretudo no emprego e na educação, considerando a implementação de legislação específica na União Europeia.<sup>55</sup> O projeto destacou as “boas práticas” que em cada Estado foram consideradas transferíveis a outros contextos nacionais; elaborou um diagnóstico sobre os principais problemas, com a participação de diferentes entidades parceiras em um seminário internacional em Madrid; e, no caso português, foi publicado um guia prático para apoiar e impulsionar o “associativismo cigano”.

Destacamos a seguir dois aspectos desse projeto que ilustram as armadilhas da integração e a participação das associações de base.

(i) O reconhecimento das condições que estruturam o anticiganismo não conduz a uma mudança do tipo de políticas e abordagens. Assim, podem ser reconhecidas situações tais como: a segregação residencial e educativa; a ausência da história e da língua Rom nos currículos; o assédio e a violência racial experienciados pelos estudantes Rom no sistema educativo; a ausência de políticas de ação afirmativa; elevadas taxas de desemprego; dificuldades de acesso à justiça nos casos de discriminação racial no emprego ou na educação; ausência de dados étnico-raciais

<sup>53</sup> Para uma crítica ao processo de “europeização” do chamado Leste Europeu, à centralidade das ONGs e ao discurso liberal dos direitos humanos, cf. Trehan, 2009.

<sup>54</sup> Cf. <<https://www.gitanos.org/RomaEdem/presentation.htm>>. Acesso em 2/9/2021.

<sup>55</sup> Diretiva 43/2000/EC que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica.



públicos; e ainda falta de implementação da legislação antidiscriminação. Porém, as soluções continuam a estar centradas em campanhas de “sensibilização” que desmentem preconceitos, ou de informações sobre a legislação que assumem que o problema radica no desconhecimento dos mecanismos disponíveis de denúncia e acesso à justiça por parte da população racializada. A segregação e a pobreza persistem, mas se insiste na necessidade de medidas concretas limitadas aos programas de “mediação” cultural, na divulgação de uma “imagem positiva” dos Rom, e nos programas de ensino profissional e formação vocacional, ambos focados na formação de “mão de obra”.<sup>56</sup>

(ii) O impulso ao “associativismo cigano” – isto é, a disponibilização de financiamento para as associações criarem projetos voltados à “comunidade cigana” – veio da constatação de uma falta de envolvimento das associações Roma no desenho e na implementação de políticas públicas e da necessidade do seu “empoderamento”. De modo geral, consideramos que essa iniciativa faz parte do ideário que van Baar denomina “desenvolvimentismo institucional”: iniciativas dedicadas a “inclusão, participação, empoderamento, direitos humanos e das minorias, e construção comunitária, através das quais os ‘subdesenvolvidos’ Rom irão gradualmente ajuntando-se às maiorias ‘desenvolvidas’ da Europa”.<sup>57</sup> Acaba sendo um programa civilizatório de governo dos Rom, de controle e supervisão da divisão entre a sua não europeidade e a europeidade.<sup>58</sup> Assim, o discurso do guia de apoio ao associativismo cigano em Portugal, publicado em 2007 – mesmo ano em que foi criado o extinto Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas no âmbito do Alto Comissariado –, pauta-se pela ideia de que o impulso ao associativismo é uma forma de: “alcançar o desenvolvimento das comunidades ciganas”; melhorar a sua ação “junto da administração

<sup>56</sup> Roma Edem, 2005, pp. 10-14. Monitoring of Anti-discrimination legislation and policies addressed to the Roma/Traveller. Cf. <<https://www.gitanos.org/RomaEdem/International%20seminar.htm>>. Acesso em 2/9/2021.

<sup>57</sup> Van Baar, 2019, p. 160.

<sup>58</sup> Maeso, 2015.

pública” e “as relações das populações com a sociedade em geral”; “uma forma de exercício de cidadania democrática e participativa”; “promover a cultura cigana” e “uma imagem positiva dos ciganos”; e “lutar pelo fim do assistencialismo e contribuir para a eliminação da vitimização”.<sup>59</sup> Dessa forma, o associativismo é supervisionado pelo Estado, através do Alto Comissariado, como um tecido que absorve e reproduz o discurso integracionista e culturalista da branquitude, e sobre o qual recai o ônus da prova de superar “o assistencialismo e a vitimização”. O ônus da superação do anticiganismo recai na população Rom, que deve sensibilizar a branquitude e explicar a sua cultura... A ênfase não está no acesso à justiça ou na implementação efetiva da legislação de combate à discriminação racial<sup>60</sup> – que é responsabilidade do Alto Comissariado –, mas nas aptidões para a cidadania/civilização da população Rom.

Um segundo exemplo foi a Década da Inclusão dos Roma (2005-2015), assinada pelos governos dos seguintes países: Croácia, Bulgária, Eslováquia, Hungria, Macedônia, Montenegro, Romênia, República Checa e Sérvia. Albânia, Bósnia-Herzegovina e Espanha uniram-se à iniciativa em 2008. Outros Estados como Moldávia, Eslovênia, Noruega e os Estados Unidos participaram como observadores. A Década propunha focar os temas da pobreza, da discriminação e da transversalização da perspectiva de gênero nas áreas fulcrais: educação, emprego, saúde e habitação.<sup>61</sup> Originou-se de um colóquio organizado pelo Banco Mundial e pela Open Society Foundations em Budapeste, e um dos seus principais objetivos era coordenar os “esforços de integração dos Roma de parte de uma grande diversidade de atores nacionais e internacionais”. Efetivamente, aquele colóquio contou com mais de 500 participantes, entre representantes governamentais, ONGs e ativistas Roma.<sup>62</sup> Porém, a Década acabou por ser considerada “uma década perdida”:

<sup>59</sup> Roma Edem Guia, Acidi, 2007, pp. 7-9.

<sup>60</sup> Maeso *et al.*, 2020.

<sup>61</sup> Cf. Regional Cooperation Council, 2017.

<sup>62</sup> Brüggemann & Friedman, 2017, p. 2.

A “maré da história” não mudou; a inclusão dos ciganos não foi impulsionada por uma “mudança radical” na formulação de políticas; a Década não conseguiu aproveitar a vontade política de incluir os ciganos como cidadãos de pleno direito nas sociedades europeias.

De fato, os críticos poderiam dizer que as coisas pioraram para os Roma ao longo destes 10 anos, com o surgimento de movimentos de extrema direita com agendas explicitamente anticiganas e um endurecimento do tipo de retórica política que coloca os Roma como bode expiatório para explicar os males da sociedade, uma retórica que demasiadas vezes tem constituído um incitamento ao ódio racial.<sup>63</sup>

Zeljko Jovanovic, diretor do Gabinete para Iniciativas dos Roma da Open Society, assinalou também a falta de vontade e compromisso políticos da maioria dos Estados que tinham visto a Década mais como um atalho para ter acesso ao estatuto de Estados-membros da União Europeia. Uma vez que isso foi garantido, “a Década perdeu a sua relevância para eles”.<sup>64</sup>

Não obstante, o paradigma não irá mudar nos próximos anos. Brüggemann e Friedman consideram que, de fato, se a Década não foi bem-sucedida em combater as desigualdades “entre os Roma e os não Roma”, o que conseguiu foi “chamar atenção das instituições internacionais e mantê-las focadas na situação dos Roma. O melhor exemplo do sucesso da Década na configuração de uma agenda no nível internacional talvez seja o *Quadro da UE para Estratégias Nacionais de Integração dos Roma*”.<sup>65</sup> E o ciclo continua...

<sup>63</sup> Rorke & Usein, 2015, p. 60.

<sup>64</sup> Jovanovic, 2015.

<sup>65</sup> Brüggemann & Friedman, 2017, p. 5.

REFLEXÕES FINAIS: DESMANTELAR O  
INTEGRACIONISMO, RECENTRAR O ANTIRRACISMO DESDE  
A RESISTÊNCIA E A AUTODETERMINAÇÃO DO POVO ROM

Há quatro elementos centrais dos processos descritos que queremos destacar neste trabalho: (i) o anticiganismo de Estado é uma continuidade histórica da desumanização/racialização do povo Rom, constituído como um povo sem direitos, fora do contrato político da soberania do Estado-Nação e inimigo da cultura e da moral católicas e que, em casos como o da atual Romênia, foi escravizado pelo Estado e pelas instituições religiosas até meados do século XIX;<sup>66</sup> (ii) o anticiganismo estrutural pode ser eventualmente condenado na retórica, mas exculpado e reproduzido política e legalmente; (iii) as políticas de integração partem dos pressupostos de que os Roma são um problema – um “flagelo” de antimodernidade – e de que deve haver uma solução prática para incorporar eficazmente sua força de trabalho na economia de cada Estado; e (iv) a ênfase na auto-organização, na participação e no “empoderamento” do povo Rom no enquadramento do integracionismo acaba sempre por procurar figuras romanis que falem a mesma linguagem do poder branco e não contrariem os seus interesses.

Autoras como Nihidi Trehan e Angela Kóczé analisaram criticamente a “onguização” do campo dos direitos humanos em relação à população Rom nos Estados da Europa Central e do Leste nas décadas de 1990 e 2000. Para Trehan, os efeitos devastadores da queda dos regimes socialistas foi a liberalização do mercado, com elevadas taxas de desemprego, que agudizaram a violência e a hostilidade contra os Roma. Do ponto de vista ideológico, o crescente anticomunismo e o repúdio à política estatal favoreceram o crescimento da versão liberal dos direitos humanos, assim como a intervenção de organismos e empresários, sobretudo estadunidenses, ligados ao Consenso de Washington – como

<sup>66</sup> Cf. Herzog, 2003; Beck, 1989; Hancock, 1987; Garcés, 2016.

o Banco Mundial ou os empreendimentos filantrópicos de George Soros. E, finalmente, a desilusão dos representantes romani progressistas com o campo tradicional da política partidária e eleitoral que contribuiu para o crescimento do terceiro setor no âmbito político romani.<sup>67</sup> A neoliberalização política e econômica tem facilitado, segundo Trehan, o enfoque individualista em direitos, negligenciando a relevância da justiça econômica.<sup>68</sup> Para Trehan e Kóczé, a “‘onguização’ dos direitos humanos” tem sido um fenômeno crucial na subordinação das vozes subalternas dos Roma, criando relações neocoloniais entre as elites brancas das ONGs e os organismos internacionais ocidentais, apresentando soluções que não parecem muito distantes do paradigma integracionista hegemônico:

A tarefa do próximo século para os europeus vivendo lado a lado com os seus vizinhos de origem romani será reconhecer e *humanizar* as suas vidas e realidades em comum: os medos e as suspeitas mútuas terão de ser superados. Para os europeus Roma, essa tarefa só poderá ser realizada uma vez que comecem a comprometer-se ativamente nesses processos mediante o seu próprio empoderamento na diversidade de contextos dentro das suas vidas (escolas, lugares de trabalho, organismos governamentais e outras instituições).<sup>69</sup>

Consideramos que o crescimento do terceiro setor – e suas relações de promiscuidade com o poder – é um sintoma da ideologia do integracionismo, isto é, do anticiganismo e de sua gestão. Os discursos e entendimentos das ONGs são subsidiários da abordagem política dominante que concebe “a situação cigana” como produto de um problema essencialmente *cultural*, e não político. “A cultura cigana” é entendida como um foco de atração de todo o tipo de perversões e conflitos, quando se relaciona à sociedade dominante, constituindo uma *ameaça* à civilização branca, sempre “bem-intencionada”. Desde a Academia até a mídia, incluindo o sistema de justiça e os organismos

<sup>67</sup> Trehan, 2009, pp. 57-59.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>69</sup> Trehan & Kóczé, 2009, p. 71.

governamentais, utilizam-se de explicações da “cultura cigana” como um foco de desajuste social e, conseqüentemente, como a origem do “problema” que provoca uma relação de conflito com a sociedade branca: casamentos precoces, altas taxas de natalidade, ociosidade, sexismo e opressão de mulheres e meninas, hábitos nocivos à saúde, apego patológico à família, superproteção parental dos filhos, falta de respeito pela autoridade, fracasso educacional, apetência pelo uso de drogas e assim por diante. Mesmo as abordagens que focam os direitos e a antidiscriminação estão, como vimos, impregnadas da ideia de uma educação política do povo Rom – conhecimento dos seus direitos, ou, em palavras de Trehan e Kóczé, o seu compromisso político. Isto é, uma retórica do empoderamento das classes subalternas, mas que mantém o anticiganismo nas margens.

Assim, temos argumentado neste trabalho que o anticiganismo está no coração do entendimento político da noção de “integração” do povo Rom nas sociedades europeias, assim como nas conceitualizações pretensiosas como o “diálogo intercultural”. Na base da europeização das iniciativas pela “integração” dos Roma está a sua eventual inclusão na europeidade/modernidade – que historicamente os racializou e expulsou das comunidades políticas (nacionais) –, e, portanto, a sua linguagem fundacional e a sua epistemologia não podem ser as da emancipação e da autodeterminação política do povo Rom. O empoderamento do suposto sujeito subalterno Rom, dentro do paradigma da integração, significará sempre a sua *des-romificação/civilização*.

As estratégias de despolitização, usurpação, *tokenismo* de Estado e parasitismo das narrativas antirracistas praticadas pelas associações, por ONGs e acadêmicos têm originado uma sólida e duradoura estrutura sociopolítica que permite que os direitos coletivos do povo Rom sejam violados com total impunidade. Tal controle do espaço político tem sido naturalizado pelo associativismo Roma, assegurando a prevalência dos interesses do Estado, bloqueando uma agenda política própria, assim como o debate sobre a autodeterminação política do povo Rom. Portanto, a crítica antirracista realizada a partir desse tecido associativo carece

de legitimidade. Hoje vemos que os atores habituais, ao incorporarem uma retórica antirracista, apelando à emancipação ou à resistência dos Roma, desde suas confortáveis posições de representação concedidas pelo próprio Estado, fazem críticas vazias ao conceito de integração, pois não rompem com o quadro integracionista. Tornam-se, assim, o primeiro obstáculo a ser derrubado no processo de construção de um sujeito político Rom autônomo, a partir das exigências políticas dos bairros guetizados, com independência econômica e política das instituições estatais. Assumir o caráter estrutural do anticiganismo, com coerência e honestidade política, exige quebrar a cumplicidade com as instituições e o racismo do Estado. A resistência do povo Rom não pode ser reduzida a uma metáfora sem sentido político.

#### REFERÊNCIAS

- ACTON, T. *et al.* “Pedagogies of hope: the Gypsy Council and the National Gypsy Education Council”. In: RYDER, A.; CEMLYN, S. & ACTON, T. *Hearing the voices of Gypsy, Roma and Traveller communities. Inclusive community development*. Bristol, Policy Press/University of Bristol, 2015.
- AGÜERO, S. & JIMÉNEZ, N. “Antigitanismo.es”, Blog +Píkara, 3/10/2017. Disponível em <[https://www.eldiario.es/pikara/antigitanismoes\\_132\\_3149613.html](https://www.eldiario.es/pikara/antigitanismoes_132_3149613.html)>. Acesso em 18/7/2020.
- BECK, S. “The origins of gypsy slavery in Romania”. *Dialectical Anthropology*, vol. 14, 1989, pp. 53-61.
- BRÜGGEMANN, C. & FRIEDMAN, E. “The Decade of Roma Inclusion: Origins, Actors, and Legacies”. *European Education*, vol. 49, n. 1, 2017, pp. 1-9.
- CASA-NOVA, M. J. *et al.* “RISE – Roma Inclusive School Experiences. A experiência portuguesa”, abril 2020. Disponível em <<https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/201011/Booklet+RISE+PT/92c5e38f-11be-4b86-9d46-8b4c8ddf7732>>. Acesso em 19/7/2020.
- CASTRO, A. & SANTOS, M. “Na busca de consensos para a promoção da coesão social. O percurso profissional de mediadores municipais ciganos”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, vol. 20/21, 2010, pp. 139-154.
- FEJZULA, S. “The Anti-Roma Europe: Modern ways of disciplining the Roma body in urban spaces”. *Revista Direito e Práxis*, vol. 10, n. 3, 2019, pp. 2.097-2.116.

- FRA – Fundamental Rights Agency. *Poverty and employment: the situation of Roma in 11 EU Member States*. Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2016.
- \_\_\_\_\_. *A persisting concern: anti-Gypsyism as a barrier to Roma inclusion*. Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2018.
- FRESNO, J. M. “Secretariado Gitano: treinta y siete años de historia”. *Gitanos, Pensamiento y Cultura. Revista Bimestral de la Fundación Secretariado General Gitano*, 12/13, dic. 2001/ene. 2002, pp. 72-77.
- FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO. *Retos en los contextos multiculturales. Competencias interculturales y resolución de conflictos*. Madrid, FSG, 2007. Disponível em <[https://www.gitanos.org/centro\\_documentacion/publicaciones/fichas/23731.html.es](https://www.gitanos.org/centro_documentacion/publicaciones/fichas/23731.html.es)>. Acesso em 18/8/2020.
- GARCÉS, H. “El racismo antirom/antigitano y la opción decolonial”. *Tabula Rasa*, 25: jul./dic. 2016a, pp. 225-251.
- \_\_\_\_\_. “El privilegio blanco y la conciencia crítica”. *Desde el Margen*, 2016b. Disponível em <<http://desde-elmargen.net/el-privilegio-blanco-y-la-conciencia-critica/>>. Acesso em 15/7/2020.
- GARCÉS, H.; JIMÉNEZ, N. & MOTOS, I. “Guía de recursos contra el antigitanismo”. Alicante, Federación Autonómica de Asociaciones Gitanas de la Comunidad Valenciana, 2015. Disponível em <<https://www.plataformaong.org/recursos/156/guia-de-recursos-contra-el-antigitanismo>>. Acesso em 19/7/2020.
- GEORGIEVA-STANKOVA, N. “The International Romani Movement: New visions and strategic positions”. *Trakia Journal of Science*, vol. 13, n. 1, 2015, pp. 441-448.
- GHEORGHE, N. & MIRGA, A. “The Roma in the Twenty-First Century: a Policy Paper”, *Eurozine*, 12 Mar. 2001. Disponível em <<https://www.eurozine.com/the-roma-in-the-twenty-first-century-a-policy-paper/>>. Acesso em 10/7/2020.
- GIMÉNEZ, S. “Si todo es antigitanismo, nada es antigitanismo”. *Pikara Online Magazine*, 5/10/2017. Disponível em <<https://www.pikaramagazine.com/2017/10/si-todo-es-antigitanismo-nada-es-antigitanismo/>>. Acesso em 18/7/2020.
- GOVERNO DE PORTUGAL. *Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas (Enicc)*. Lisboa, Acidi, 2012. Disponível em <[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc\\_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2)>. Acesso em 14/2/2020.



- HANCOCK, I. *The Pariah Syndrome. An Account of Gypsy Slavery and Persecution*. Ann Arbor, Karoma Publishers, 1987.
- HERZOG, T. *Defining Nations. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. London/New Haven, Yale University Press, 2003.
- HESSE, B. "Racialized modernity: An analytics of white mythologies". *Ethnic and Racial Studies*, vol. 30, n. 4, 2007, pp. 643-663.
- JIMÉNEZ, N. "¿Qué ocurrió en el Primer Congreso Mundial Gitano?", 10 abr. 2018. Disponível em <<https://pretendemosgitanizarel mundo.com/2018/04/10/que-ocurrio-en-el-primer-congreso-mundial-gitano/>>. Acesso em 10/7/2020.
- JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. "Estratégia da UE para a inclusão dos ciganos". P7\_TA(2011)0092. 9/3/2011. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:199E:0112:0131:PT:PDF>>. Acesso em 14/7/2020.
- JOVANOVIC, Z. "Why Europe's 'Roma Decade' didn't Lead to Inclusion". *Open Society Foundations – Voices*, 21 Sep. 2015. Disponível em <<https://www.opensocietyfoundations.org/voices/why-europe-s-roma-decade-didn-t-lead-inclusion>>. Acesso em 5/7/2020.
- KALE AMENGE. "Redefiniendo el tablero, construyendo autonomía política romani". Documento interno, 2017.
- KENRICK, D. S. "The World Romani Congress April 1971". *Journal of the Gypsy Lore Society*, Third Series, vol. 50, n. 1-2, Jan./Apr. 1971, pp. 101-108.
- KLÍMOVÁ-ALEXANDER, I. *The Romani Voice in World Politics. The United Nations and Non-State Actors*. London, Routledge, 2016 [2005].
- KÓCZÉ, A. "Illusionary inclusion of Roma through Intercultural Mediation". In: VAN BAAR, H.; HUUB, A.I. & KREIDE, R. (org.). *The Securitization of the Roma in Europe*. Cham, Springer International Publishing/Palgrave Macmillan, 2019.
- LENTIN, A. "Europe and the Silence about Race". *European Journal of Social Theory*, vol. 11, n. 4, 2008, pp. 487-503.
- MAESO, S. R. "'Civilising' the Roma? The depoliticisation of (anti-)racism within the politics of integration". *Identities*, vol. 22, n. 1, 2015, pp. 53-70.
- MAESO, S. R. & ARAÚJO, M. "A quadratura do círculo: (anti)racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000". *Oficina do CES*, 407, dez. 2013. Disponível em <[https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/9556\\_Oficina\\_do\\_CES\\_407.pdf](https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/9556_Oficina_do_CES_407.pdf)>. Acesso em 18/7/2020.

- MAESO, S. *et al.* "Direito, Estado e sociedade: uma análise da legislação de combate ao racismo em Portugal. Caderno de apresentação de resultados do projeto Combat". Coimbra, jun. 2020. Disponível em <[https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Combat\\_Booklet\\_Caderno\\_junho\\_2020.pdf](https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Combat_Booklet_Caderno_junho_2020.pdf)>. Acesso em 19/7/2020.
- MAYA, O. & MIRGA, A. "El mito de la inclusión del pueblo gitano". *El Mundo*, 25 ago. 2015. Disponível em <<http://www.elmundo.es/opinion/2014/08/25/53fa52f7e2704ebd128b457a.html>>. Acesso em 10/7/2020.
- MONTENEGRO, M. "Afinal, o que foi e é o Projecto Nómada? Contributos para uma memória do Projecto Nómada". Setúbal, Instituto das Comunidades Educativas, 2004.
- NIRENBERG, J. "Romani Political Mobilization from the First International Romani Union Congress to the European Roma, Sinti and Travellers Forum". In: SIGONA, N. & TREHAN, N. *Romani Politics in Contemporary Europe*. Basingstoke, Palgrave, 2009.
- PEREIRA, A. C. "Há 25 mil ciganos nas escolas e os resultados estão a melhorar". *Público*, 12/7/2020.
- PUXON, G. "Gypsies seek reparations". *Patterns of Prejudice*, vol. 15, n. 1, 1981, pp. 21-25.
- \_\_\_\_\_. "The Romani Movement: Rebirth and the First World Romani Congress in Retrospect". In: ACTON, T. (org.). *Scholarship and the Gypsy Struggle: Commitment in Romani Studies*. Hertfordshire, University of Hertfordshire Press, 2000.
- REGIONAL COOPERATION COUNCIL. "Roma Decade and the EU", 2017. Disponível em <<https://www.rcc.int/romaintegration2020/pages/4/roma-decade-and-the-eu>>. Acesso em 15/7/2020.
- RINGOLD, D. *Roma and the Transition in Central and Eastern Europe: Trends and Challenges*. Washington, World Bank Publications, 2000.
- ROMA EDEM. "Monitoring of Anti-discrimination legislation and policies addressed to the Roma/Traveller". International Seminar. Madrid, 24-25/11/2005. Disponível em <[https://www.gitanos.org/RomaEdem/International%20seminar\\_archivos/InternationalSeminarReport.pdf](https://www.gitanos.org/RomaEdem/International%20seminar_archivos/InternationalSeminarReport.pdf)>. Acesso em 19/07/2020.
- RORKE, B. "Somewhere Between Hope and Despair: Whatever Happened to Roma Inclusion Between 2005 and 2015?". In: RORKE, B. & USEIN, O. *A Lost Decade. Reflections on Roma Inclusion 2005-2015*. Budapest, Decade of the Roma Inclusion, 2015. Disponível em <<http://healthrights.mk/pdf/>

- Publikacii/Zdravje%20na%20malcinskite%20grupi/2015/A%20Lost%20Decade.pdf>. Acesso em 8/7/2020.
- RORKE, B. "Roma Civil Monitor: Integration Strategies Unfit for Purpose, Falling Short on Social Inclusion, and Failing to Deliver Justice and Equality to Roma", 14 Feb. 2019. Disponível em <<http://www.errc.org/news/roma-civil-monitor-integration-strategies-unfit-for-purpose-falling-short-on-social-inclusion-and-failing-to-deliver-justice-and-equality-to-roma>>. Acesso em 10/7/2020.
- TREHAN, N. "The Romani Subaltern within Neoliberal European Civil Society: NGOization of Human Rights and Silent Voices". In: SIGONA, N. & TREHAN, N. *Romani Politics in Contemporary Europe*. Basingstoke, Palgrave, 2009.
- TREHAN, N. & KÓCZÉ, A. "Racism, (Neo)Colonialism and Social Justice: the Struggle for the Soul of the Romani Movement in Postsocialist Europe". In: HUGGAN, G. & LAW, I. (org.). *Racism Postcolonialism Europe*. Liverpool, Liverpool University Press, 2009.
- VAN BAAR, H. "From 'Lagging Behind' to 'Being Beneath'? The De-developmentalization of Time and Social Order in Contemporary Europe". In: VAN BAAR, H.; HUUB, A. I. & KREIDE, R. (org.). *The Securitization of the Roma in Europe*. Cham, Springer International Publishing/Palgrave Macmillan, 2019.